

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

**CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE SEGUROS DE
ACIDENTES DE TRABALHO E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS
DE CORRETAGEM PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS
DE PORTUGAL**

2021_018CP

CADERNO DE ENCARGOS

Fevereiro de 2021

(página propositadamente deixada em branco)

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA CELEBRAÇÃO DE
CONTRATO DE SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E AQUISIÇÃO DE
SERVIÇOS DE CORRETAGEM PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**

ÍNDICE

PARTE I DISPOSIÇÕES GERAIS	5
CAPÍTULO I REGIME GERAL	5
CLÁUSULA 1. ^a OBJETO.....	5
CLÁUSULA 2. ^a REGIME CONTRATUAL	5
CLÁUSULA 3. ^a DEFINIÇÕES	6
CLÁUSULA 4. ^a ELEMENTOS DOS CONTRATOS E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO	7
CLÁUSULA 5. ^a RELAÇÕES ENTRE CORRETORES E SEGURADORAS	8
CLÁUSULA 6. ^a INCOMPATIBILIDADES	8
CLÁUSULA 7. ^a OBRIGAÇÕES DOS SEGURADORES	8
CLÁUSULA 8. ^a PREÇO CONTRATUAL E PREÇO BASE.....	9
CLÁUSULA 9. ^a OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES ADJUDICANTES	9
CLÁUSULA 10. ^a OBRIGAÇÕES DA ADP SGPS	9
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.....	10
CLÁUSULA 11. ^a IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO	10
CLÁUSULA 12. ^a DEVERES DE SIGILO E DE CONFIDENCIALIDADE	10
CLÁUSULA 13. ^a TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	12
CLÁUSULA 14. ^a CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS	14
CLÁUSULA 15. ^a TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS	15
CLÁUSULA 16. ^a DEVER DE COOPERAÇÃO	15
CLÁUSULA 17. ^a INFORMAÇÕES E AUDITORIAS.....	15
CLÁUSULA 18. ^a ENCARGOS COM DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL OU INDUSTRIAL	16
CAPÍTULO III VICISSITUDES CONTRATUAIS.....	16
CLÁUSULA 19. ^a SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL DE SEGURADORES OU CORRETORES.....	16
CLÁUSULA 20. ^a CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL RELATIVA AOS CONTRAENTES PÚBLICOS	16
CLÁUSULA 21. ^a RESOLUÇÃO	17
CAPÍTULO IV RESPONSABILIDADE E CAUÇÃO.....	17
CLÁUSULA 22. ^a RESPONSABILIDADE	17
CLÁUSULA 23. ^a EXECUÇÃO DE CAUÇÃO.....	18
CAPÍTULO V RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	18
CLÁUSULA 24. ^a COMPROMISSO DE RESOLUÇÃO AMIGÁVEL	18
CLÁUSULA 25. ^a LITÍGIOS QUANTO À INTERPRETAÇÃO, VALIDADE E EXECUÇÃO DOS CONTRATOS.....	18
CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES	19

CLÁUSULA 26. ^a	COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	19
PARTE II CONTRATOS DE SEGURO.....		19
CLÁUSULA 27. ^a	OBJETO	19
CLÁUSULA 28. ^a	ATUALIZAÇÃO DO OBJETO	20
CLÁUSULA 29. ^a	INTERPRETAÇÃO.....	20
CLÁUSULA 30. ^a	PRAZO CONTRATUAL.....	21
CLÁUSULA 31. ^a	RESSEGUROS	21
CLÁUSULA 32. ^a	EMIÇÃO DE APÓLICES.....	21
CLÁUSULA 33. ^a	OBRIGAÇÕES GENÉRICAS DOS SEGURADORES.....	22
CLÁUSULA 34. ^a	OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS NO ÂMBITO DOS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO DE SINISTROS.....	23
CLÁUSULA 35. ^a	FALTA DE INFORMAÇÃO PRÉVIA.....	23
CLÁUSULA 36. ^a	PRÉMIOS DE SEGURO E RESPECTIVO PAGAMENTO	24
CLÁUSULA 37. ^a	FATURAÇÃO	25
CLÁUSULA 38. ^a	SANÇÕES CONTRATUAIS.....	26
CLÁUSULA 39. ^a	RESOLUÇÃO DE CONTRATOS POR INICIATIVA DO SEGURADOR.....	27
CLÁUSULA 40. ^a	RESOLUÇÃO DE CONTRATO POR INICIATIVA DAS EMPRESAS SEGURADAS	28
PARTE III CONTRATO DE CORRETAGEM		28
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....		29
CLÁUSULA 41. ^a	OBJETO	29
CLÁUSULA 42. ^a	FORMA	29
CLÁUSULA 43. ^a	PRAZO DE VIGÊNCIA.....	29
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		29
CLÁUSULA 44. ^a	OBRIGAÇÕES GENÉRICAS DOS CORRETORES	29
CLÁUSULA 45. ^a	CONSTITUIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA CAUÇÃO.....	32
CLÁUSULA 46. ^a	OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DE GESTÃO DO PROGRAMA E DOS CONTRATOS DE SEGURO.....	32
CLÁUSULA 47. ^a	OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS NA GESTÃO TÉCNICA E DE RISCOS	32
CLÁUSULA 48. ^a	OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS NA GESTÃO DE SINISTROS	33
CLÁUSULA 49. ^a	ESTABELECIMENTO	34
CLÁUSULA 50. ^a	ÂMBITO TERRITORIAL.....	34
CLÁUSULA 51. ^a	MEIOS HUMANOS	34
CLÁUSULA 52. ^a	REGISTO E ARQUIVO DE DADOS E DOCUMENTOS	35
CLÁUSULA 53. ^a	CONTABILIDADE E CONTAS BANCÁRIAS	35
CAPÍTULO III RELAÇÕES ENTRE AS PARTES.....		36
CLÁUSULA 54. ^a	AUTONOMIA DO CORRETOR.....	36
CLÁUSULA 55. ^a	REMUNERAÇÃO	36
CLÁUSULA 56. ^a	REFERÊNCIAS COMERCIAIS.....	37
CAPÍTULO IV INCUMPRIMENTO		37
CLÁUSULA 57. ^a	SANÇÕES CONTRATUAIS.....	37
CLÁUSULA 58. ^a	RESOLUÇÃO POR INICIATIVA DO CORRETOR	38
CLÁUSULA 59. ^a	RESOLUÇÃO POR INICIATIVA DAS ENTIDADES ADJUDICANTES.....	39
CLÁUSULA 60. ^a	REGIME SUPLETIVO.....	39
ANEXOS		40

PARTE I
DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO I
REGIME GERAL

Cláusula 1.^a
Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar relativos à contratação de seguros de acidentes de trabalho e coberturas ou garantias complementares que lhes sejam normalmente associadas ou associáveis, bem como à aquisição de serviços de corretagem para as empresas do grupo Águas de Portugal.
2. As apólices de acidentes de trabalho a constituir para cada uma das entidades identificadas no **ANEXO I** do Programa do Procedimento devem contemplar as coberturas previstas na legislação em vigor, serem constituída de acordo com a modalidade prevista e garantirem as extensões de cobertura e demais termos previstos no **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante.

Cláusula 2.^a
Regime contratual

Os Contratos de Seguro celebrados, assim como o Contrato de Corretagem, regem-se pelo disposto na Parte I do presente Caderno de Encargos, sendo-lhes igualmente aplicáveis as disposições específicas constantes do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 3.^a Definições

1. Para efeitos de interpretação e aplicação do presente Caderno de Encargos, entende-se por:

- a) **Empresas Seguradas** - as empresas identificadas no ANEXO I do Programa do Procedimento ou as que lhes sucedam ou delas resultem;
- b) **Contrato de Corretagem** - o contrato de aquisição de serviços de corretagem celebrado entre o Corretor do agrupamento adjudicatário e as Entidades Adjudicantes;
- c) **Contratos** - o conjunto formado pelo Contrato de Seguro e pelo Contrato de Corretagem;
- d) **Corretores** - os mediadores de seguros, registados junto da Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões na categoria de corretores de seguros, membros, nessa específica qualidade, de um agrupamento concorrente.
- e) **Partes** - o conjunto formado pelas entidades adjudicantes, pelos Seguradores e pelo Corretor;
- f) **Segurador ou Seguradora** - a ou as empresas de seguros co-contratantes no Contrato de Seguro em concurso, sejam ou não estabelecidos em regime de cosseguro.

2. Para efeitos de interpretação e aplicação do presente Caderno de Encargos no que concerne à interpretação de conceitos técnicos no sector dos seguros, são aplicáveis as definições constantes dos diplomas legais e regulamentares relativos ao setor dos seguros e aos contratos de seguro e, supletivamente, o Glossário disponível no sítio Internet da ASF (<http://www.asf.com.pt/ISP/glossário>).

3. Para efeitos de interpretação e aplicação do presente Caderno de Encargos, no que concerne à interpretação de conceitos técnicos são aplicáveis os entendimentos das ordens profissionais competentes em função da matéria, ou as nomenclaturas oficiais que lhes correspondam.

Cláusula 4.^a

Elementos dos Contratos e Regras de Interpretação

- 1.** Na execução e interpretação dos contratos, observar-se-ão as respetivas cláusulas contratuais e o estabelecido em todos os documentos que deles fazem parte integrante, aplicando-se, a tudo o que for omissivo, o Código dos Contratos Públicos, abreviadamente designado por CCP.
- 2.** Para os efeitos do número anterior, consideram-se integrados nos Contratos os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos prestados pelos adjudicatários sobre as propostas adjudicadas.
- 3.** Em caso de divergência entre os elementos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são identificados no mesmo.
- 4.** Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelos adjudicatários nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma legal.

Cláusula 5.^a
Relações entre Corretores e Seguradoras

As relações entre os Corretores e as Seguradoras de cada agrupamento adjudicatário são reguladas por protocolos de corretagem e devem ser sempre orientadas para a execução exata e pontual das obrigações dos Corretores e das Seguradoras assumidas perante as entidades adjudicantes.

Cláusula 6.^a
Incompatibilidades

Os Seguradores e os Corretores obrigam-se a não exercer, nem por si nem por interposta pessoa ou sociedade, quaisquer outras atividades que possam ser consideradas como legalmente incompatíveis com aquela que, nos termos dos Contratos, devem e podem exercer.

Cláusula 7.^a
Obrigações dos Seguradores

Para além das obrigações previstas na legislação aplicável, constituem obrigações dos Seguradores:

- a) Garantir o cumprimento do Contrato de Seguro, nos termos do disposto no presente Caderno de Encargos;
- b) Não alterar as condições de prestação de serviços estabelecidas fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- c) Prestar à AdP SGPS e ao Corretor do respetivo agrupamento adjudicatário as informações relevantes referentes às condições da prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se afigurem necessários para a gestão do Contrato respetivo, nos termos da legislação vigente;
- d) Remunerar o Corretor do agrupamento nos termos previstos no protocolo de corretagem;
- e) Fornecer à AdP SGPS e ao Corretor do agrupamento adjudicatário uma declaração emitida por revisor oficial de contas ou pela entidade fiscalizadora das

contas de cada Segurador, na qual se certifiquem os valores comunicados nos relatórios de faturação entregues.

Cláusula 8.^a
Preço contratual e preço base

1. Pela prestação de serviços objeto do(s) contrato(s), bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos a entidade adjudicante deve pagar à (s) seguradora (s) e ao corretor o preço constante na proposta adjudicada.
2. O preço global máximo é de **807.309,90 €** (*Oitocentos e sete mil, trezentos e nove euros e noventa centimos*) ao qual acrescem taxas, impostos e encargos devidos nos termos da legislação aplicável.

Cláusula 9.^a
Obrigações das Entidades adjudicantes

Para além das obrigações previstas no CCP, as Entidades Adjudicantes obrigam-se a:

- a) Nomear um responsável pela gestão do Contrato de Seguro e comunicar a sua nomeação à AdP SGPS, bem como qualquer alteração da mesma que ocorra;
- b) Reportar ao Gestor designado pela AdP SGPS, toda a informação relativa à contratação realizada ao abrigo do presente Caderno de Encargos;
- c) Monitorizar o cumprimento do Contrato de Seguro e comunicar à AdP SGPS quaisquer situações de incumprimento detetadas.

Cláusula 10.^a
Obrigações da AdP SGPS

1. A AdP SGPS, para além dos seus direitos e obrigações enquanto Entidade Adjudicante, constitui a entidade responsável pela gestão dos Contratos, nos termos do disposto na presente cláusula.

2. Sem prejuízo de outros poderes ou obrigações que estejam previstos no presente Caderno de Encargos, a AdP SGPS, na qualidade de gestora dos Contratos, tem as seguintes incumbências:

- a) Nomear um responsável pela gestão dos contratos a celebrar, e comunicar a sua nomeação às Seguradoras, às Corretoras e às Empresas Seguradas, bem como qualquer alteração da mesma que ocorra;
- b) Gerir e acompanhar a execução dos Contratos;
- c) Prestar esclarecimentos às Empresas Seguradas sobre os termos dos Contratos;
- d) Coligir as reclamações das Empresas Seguradas sobre a execução dos Contratos;
- e) Acompanhar a execução dos Contratos, podendo para o efeito exercer todos os poderes legais de fiscalização, e, quando necessário, fazer aplicar as sanções previstas em caso de incumprimento;
- f) Executar as cauções prestadas em caso de incumprimento das obrigações contratuais.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Cláusula 11.^a

Impossibilidade de cumprimento

Os Seguradores e os Corretores devem comunicar à AdP SGPS, logo que tenham conhecimento, os factos que impliquem a impossibilidade, total ou parcial, de cumprimento de qualquer das obrigações previstas nos Contratos respetivos.

Cláusula 12.^a

Deveres de sigilo e de confidencialidade

I. Os Seguradores e os Corretores incluindo todos os membros dos respetivos órgãos de administração, funcionários ou prestadores de serviços, e também os

Resseguradores que consultem ou com os quais partilhem os riscos a segurar, devem guardar sigilo sobre a informação e a documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às Empresas Seguradas, bem como aos clientes, fornecedores, prestadores de serviços, colaboradores e trabalhadores destas, incluindo a informação e a documentação sobre a organização, os métodos de produção ou de prestação de serviços, os negócios e os clientes das Empresas Seguradas, e quaisquer operações ou meros projetos entre elas ou com terceiros, de que venham a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução dos Contratos.

2. Os Seguradores e os Corretores obrigam-se a não divulgar, direta ou indiretamente, a informação ou a documentação abrangida pelo dever de sigilo, seja por que forma for, a tomar todas as medidas que razoavelmente estejam ao seu alcance para impedir a sua divulgação e para manter a sua confidencialidade, incluindo a sua não transmissão a terceiros, e a não dar a essa informação e a essa documentação qualquer uso ou aproveitamento que não se destine direta e exclusivamente à execução dos Contratos.

3. Encontra-se excluída do âmbito objetivo do dever de sigilo qualquer informação ou documentação que:

- a)* Seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelos Seguradores ou pelos Corretores;
- b)* Os Seguradores ou o Corretores estejam legalmente obrigados a divulgar ou a facultar por força da lei ou de um processo judicial, no âmbito estrito de tal dever.

4. No caso previsto na alínea *b)* do número anterior, os Seguradores ou os Corretores devem informar e documentar as Empresas Seguradas a que respeitar a informação em causa, de que lhes foi legalmente ordenado que procedessem à divulgação de determinada informação ou documentação previamente ao cumprimento dessa ordem.

5. Os deveres de sigilo e de confidencialidade mantêm-se em vigor após a cessação, por qualquer causa, dos Contratos.

6. Os deveres de sigilo e de confidencialidade de natureza contratual previstos na presente cláusula acrescem aos deveres legais de sigilo e de confidencialidade previstos na lei no âmbito das atividades seguradora e de mediação de seguros.

Cláusula 13.^a
Tratamento de dados pessoais

1. No caso dos Seguradores ou dos Corretores necessitarem de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, devem fazê-lo nos seguintes termos:
 - a) Na qualidade de subcontratante, o tratamento de dados pessoais é realizado exclusivamente para a integral e adequada prossecução dos fins constantes dos Contratos, por conta e de acordo com as instruções da AdP SGPS; ou
 - b) Na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados, quando exigível para o desenvolvimento da atividade de seguradora ou corretora, o tratamento de dados pessoais é realizado nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais
2. Os Seguradores e os Corretores não podem proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para proveito próprio ou para outros fins que não decorram do cumprimento de obrigações legais, contratuais ou prossecução de interesses legítimos.
3. Os Seguradores e os Corretores, na qualidade de subcontratantes, devem cumprir rigorosamente as instruções da AdP SGPS no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.”
4. Os Seguradores e os Corretores devem proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. Os Seguradores e os Corretores devem tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores que, a qualquer título, tenham

acesso aos dados pessoais fornecidos pelas entidades adjudicantes, pela AdP SGPS ou por quem atue em representação destes.

6. Os Seguradores e os Corretores devem assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelos Contratos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo responsáveis pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita da AdP SGPS, os Seguradores e os Corretores devem, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. Os Seguradores e os Corretores devem comunicar de imediato à AdP SGPS quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. Os Seguradores e os Corretores encontram-se adstritos a notificar de imediato a AdP SGPS de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se os Seguradores e os Corretores tomarem conhecimento ou suspeitarem de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, devem notificar, por escrito, a AdP SGPS, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que lhe possa razoavelmente ser solicitada.
11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis aos Seguradores ou os Corretores, estes comprometem-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para as Empresas Seguradas ou para a AdP SGPS:

- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
- b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
- c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

12. Os Seguradores e os Corretores obrigam-se a ressarcir a AdP SGPS ou as Empresas Seguradas por todos os prejuízos em que estas venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte dos Seguradores e os Corretores e a verificação de inexistência de garantias de compliance é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelas Empresas Seguradas, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 14.^a Conservação de dados pessoais

- 1.** Os Seguradores e os Corretores devem apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução dos Contratos, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela AdP SGPS.
- 2.** Dependendo da opção comunicada, os Seguradores e os Corretores devem apagar ou devolver todos os dados pessoais, depois de concluída a execução dos Contratos, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 15.^a
Transferência de dados pessoais

Os Seguradores e os Corretores não podem transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, exceto se essa transferência de dados pessoais a entidades terceiras, a que aceda no decurso da execução do contrato, seja efetuada única e exclusivamente, no âmbito da gestão da relação do contrato de seguro e desde que estas entidades, quando atuem como subcontratantes, cumpram com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.

Cláusula 16.^a
Dever de cooperação

Os Seguradores e os Corretores devem cooperar com as Empresas Seguradas ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo prestador de serviços em representação das Empresas Seguradas.
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

Cláusula 17.^a
Informações e auditorias

Os poderes de fiscalização na execução do Contrato de Seguro compreendem a faculdade de solicitar quaisquer informações e de realizar auditorias com vista à monitorização da execução dos mesmos.

Cláusula 18.^a**Encargos com direitos de propriedade intelectual ou industrial**

São da responsabilidade dos Seguradores e dos Corretores quaisquer encargos decorrentes da utilização de direitos de propriedade intelectual ou industrial, no âmbito dos Contratos de Seguro.

CAPÍTULO III**VICISSITUDES CONTRATUAIS****Cláusula 19.^a****Subcontratação e cessão da posição contratual de Seguradores ou Corretores**

1. A subcontratação de prestações previstas no Contrato de Seguro depende do consentimento prévio, expresso e escrito, das Empresa Seguradas.
2. O procedimento de autorização referido no número anterior obedece ao disposto no CCP, com as seguintes especificidades:
 - a) Devem ser apresentadas as declarações de responsabilidade social a que alude a alínea e) do n.º I do artigo 9.º do Programa do Procedimento, com as devidas adaptações, subscrita pelos subcontratados ou pelo cessionário;
 - b) No caso de subcontratação incidente sobre prestações acessórias dos Contratos, os documentos referidos na alínea c) do n.º I do artigo 18.º do Programa do Procedimento são substituídos por documentos que comprovem que os subcontratados se encontram legalmente habilitados a prestar os serviços em causa.

Cláusula 20.^a**Cessão de posição contratual relativa aos contraentes públicos**

1. É permitida a cessão da posição contratual relativa a qualquer das Empresas Seguradas, a terceiros ou entre elas próprias, determinada por efeito de fusão ou cisão de sociedades ou qualquer alteração de efeitos análogos que traduza uma sucessão legal, a qual produz efeitos com notificação aos Seguradores e aos Corretores em causa do

ato, do contrato ou do diploma legal que determinar a modificação, nos termos que resultem da própria lei.

2. A cessão da posição contratual em situações diversas das previstas no número anterior depende de autorização dos co-contratantes, mas só pode ser recusada quando haja fundado receio de que a cessão envolva um aumento do risco de incumprimento das obrigações pelo potencial cessionário ou a diminuição das garantias dos co-contratantes.

Cláusula 21.^a Resolução

A resolução do Contrato de Seguro opera nos termos das disposições específicas do presente Caderno de Encargos, aplicando-se supletivamente o CCP.

CAPÍTULO IV RESPONSABILIDADE E CAUÇÃO

Cláusula 22.^a Responsabilidade

1. Os Seguradores e os Corretores devem indemnizar as Empresas Seguradas por quaisquer danos, custos, perdas ou despesas que decorram de factos que consubstanciem um incumprimento contratual e que lhes sejam imputáveis ou que sejam agravados pela sua ação ou omissão.

2. As entidades adjudicantes gozam de direito de regresso sobre Seguradores e Corretores sempre que tiverem de indemnizar terceiros ou de proceder ao pagamento de custos ou despesas de qualquer natureza, incluindo as despesas relacionadas com o processo e os honorários dos mandatários forenses, com fundamento na violação de direitos de terceiros pelos Seguradores e Corretores.

Cláusula 23.^a
Execução de caução

1. As cauções prestadas pelos Seguradores e pelos Corretores para garantir o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes dos Contratos, nos termos do Programa do Concurso, podem ser executadas, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, de cumprimento defeituoso ou de incumprimento definitivo das obrigações contratuais ou legais, da imposição de sanções pecuniárias ou de quaisquer outros factos especificamente previstos nos contratos ou na lei.
2. A caução prestada é válida para a totalidade do período de vigência dos Contratos.
3. A execução, parcial ou total, da caução implica a obrigação de reposição do respetivo valor, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a data da receção da notificação enviada para o efeito.

CAPÍTULO V
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 24.^a
Compromisso de resolução amigável

Em caso de divergência relativamente à interpretação, validade ou execução dos Contratos, as Partes comprometem-se reciprocamente a estabelecer entre si contactos no sentido da resolução amigável da mesma.

Cláusula 25.^a
Litígios quanto à interpretação, validade e execução dos Contratos

A resolução das divergências e dos conflitos que surjam entre as Partes relativamente à interpretação, validade ou execução dos Contratos é da competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Cláusula 26.^a

Comunicações e notificações

1. As comunicações e as notificações no âmbito da execução dos Contratos devem ser remetidas para os gestores designados pelas Partes, através de correio eletrónico com aviso de entrega ou carta registada.
2. Qualquer comunicação ou notificação feita por carta registada considera-se recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico considera-se recebida na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

PARTE II

CONTRATOS DE SEGURO

Cláusula 27.^a

Objeto

O conteúdo do Contrato de Seguro a celebrar é parametrizado pelo definido no presente Caderno de Encargos e nos seus anexos, com as seguintes ressalvas:

- a) O âmbito objetivo de aplicação das disposições formalmente compreendidas na Parte II do presente Caderno de Encargos possui carácter geral, devendo as mesmas serem integradas e aplicáveis no Contrato de Seguro, salvo nos casos em que essas disposições não tenham aplicação em função da natureza da atividade das Empresas Seguradas ou do objeto dos Contratos de Seguro;
- b) Não existem quaisquer períodos de carência ou de suspensão da eficácia do Contrato de Seguro.

Cláusula 28.^a
Atualização do objeto

1. O Contrato de Seguro deve fixar os termos em que as Empresas Seguradas podem proceder à atualização do seu objeto, nomeadamente quanto à inclusão de pessoas ou interesses associados ao universo segurável do Contrato de Seguro, ou à atualização dos respetivos capitais por comunicação ao Corretor, tendo-se as mesmas por automaticamente aceites.
2. A atualização do objeto do Contrato de Seguro é titulada por ata adicional à apólice relativa a cada Empresa Segurada.
3. A atualização do objeto dos Contratos de Seguro, nos termos do disposto na presente cláusula, não pode ter por consequência que a taxa/prémio a aplicar seja divergente daquela que foi fixada na proposta adjudicada.

Cláusula 29.^a
Interpretação

1. As normas constantes dos n.ºs 5 e 6 do artigo 96.º do CCP são aplicáveis na interpretação do Contrato de Seguro.
2. As condições gerais ou especiais em uso pelos Seguradores apenas são admissíveis nos casos de não contrariarem o disposto nos Contratos ou em disposições legais ou regulamentares relativas a seguros obrigatórios ou à obrigação de segurar ou de estabelecerem, caso a caso, soluções mais favoráveis para o interesse das Empresas Seguradas, se distintos, do que as previstas nos Contratos.
3. Os regimes legais e regulamentares relativos a cada tipo de seguro e o regime geral do contrato de seguro são, por esta ordem, supletivamente aplicáveis ao Contrato de Seguro.
4. Em caso de dúvida, o Contrato de Seguro, dentro dos limites legalmente previstos para a interpretação de contratos, deve ser interpretado com o sentido e o alcance que permitir a melhor satisfação dos interesses e expectativas das Empresas Seguradas.
5. O teor das epígrafes não limita a interpretação das respetivas disposições.

6. As expressões usadas no Contrato de Seguro que correspondam a definições legais constantes da legislação aplicável à atividade seguradora, à atividade de mediação de seguros e aos contratos de seguro, valem com o sentido previsto na lei.

Cláusula 30.^a
Prazo contratual

- 1.** O Contrato de Seguro inicia a sua vigência no dia 01 de maio de 2021 e mantém-se em vigor pelo prazo de 12 (*doze*) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias, as quais perdurarão para além da data de cessação dos contratos.
- 2.** A vigência e plena eficácia do Contrato de Seguro inicia-se às 0h00 do dia 01 de maio de 2021.

Cláusula 31.^a
Resseguros

Sem prejuízo da integral independência entre o Contrato de Seguro e os contratos de resseguro, contratual ou facultativo, que os Seguradores estabeleçam ou usem para sua proteção, os Seguradores não poderão colocar o resseguro dos riscos subscritos ao abrigo do Contrato junto de empresas de seguros ou de resseguro que não estejam habilitadas para exercer a atividade resseguradora no espaço da União Europeia, segundo o tipo de operação em causa.

Cláusula 32.^a
Emissão de apólices

- 1.** As apólices relativas ao Contrato de Seguro que incidem sobre riscos existentes à data de celebração e que estejam discriminados nas peças do procedimento devem ser emitidas na data da sua celebração.
- 2.** As apólices devem indicar como:
 - a)* Entidade tomadora, a Entidade Adjudicante que é responsável pelo pagamento dos prémios de seguros correspondentes;
 - b)* Entidade ou entidades seguradas, as Entidades Adjudicantes titulares dos interesses seguros;

- c) Beneficiários, as entidades ou pessoas com interesse em qualquer das garantias do Contrato de Seguro que sejam o seu objeto.

Cláusula 33.^a
Obrigações genéricas dos Seguradores

1. Os Seguradores obrigam-se a cumprir as suas obrigações legais e contratuais com prontidão, diligência e qualidade, colocando à disposição das Empresas Seguradas os melhores conhecimentos técnicos que cada situação determine ou aconselhe, e em estrita conformidade com o disposto no Contrato de Seguro e nas disposições imperativas aplicáveis de natureza legal ou regulamentar, nomeadamente nas que respeitam:

- a) Ao regime legal dos contratos de seguros;
- b) À fiscalidade específica dos contratos e das operações de seguros;
- c) À fiscalidade específica da remuneração dos mediadores de seguros;
- d) Ao exercício da atividade de seguradoras e de mediadores de seguros;
- e) À prevenção de crimes, designadamente dos crimes associados ao branqueamento de capitais;
- f) À comercialização de seguros e à proteção dos consumidores.

2. Os Seguradores obrigam-se igualmente a:

- a) Assumir, diligente e atempadamente, todas as iniciativas necessárias ou adequadas à limitação das consequências de qualquer sinistro ou à remoção da ameaça de ocorrência de qualquer sinistro, incluindo em situações de emergência, e colaborar nas iniciativas que, com o mesmo fim, sejam assumidas pelas Empresas Seguradas;
- b) Realizar, com diligência e celeridade, diretamente ou através de terceiro, de acordo com procedimentos previstos em protocolo específico se disso for o caso, ou segundo as melhores regras, as averiguações e as peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros, as iniciativas e os procedimentos

tendentes à fixação e avaliação adequada dos danos que deles decorram, e à determinação dos termos em que, em dinheiro ou em espécie, esses danos devem ser indemnizados;

- c) Suportar as despesas decorrentes da regularização de sinistros, incluindo as judiciais;
- d) Pagar as prestações intercalares e as indemnizações devidas no prazo legal ou contratual aplicável;
- e) Satisfazer, de forma fidedigna e célere, os pedidos de informação, de esclarecimento e de documentos solicitados pelas Empresas Seguradas ou, no âmbito da gestão do Contrato de Seguro pela AdP SGPS.

Cláusula 34.^a

Obrigações específicas no âmbito dos processos de regularização de sinistros

Os Seguradores obrigam-se a adotar as diligências necessárias à regularização dos sinistros verificados, incluindo a promoção de contacto com as Empresas Seguradas de acordo com a urgência ou emergência que a situação determinar.

Cláusula 35.^a

Falta de informação prévia

1. A falta de informação prévia, decorrente da periodicidade de declarações ou ainda de erro não intencional, relativa à atualização dos respetivos capitais não constitui causa de ineficácia ou de limitação de cobertura, de garantia, de capital ou da prestação que seria devida se a informação tivesse sido prévia e atempadamente transmitida.
2. A falta de informação prévia, nas situações a que alude o número anterior, apenas pode dar lugar à correção do montante do prémio correspondente, tomando por referência para essa correção o dia em que se tenham verificado os factos cuja ocorrência deveria ter sido atempadamente transmitida.

Cláusula 36.^a
Prémios de seguro e respetivo pagamento

1. As Empresas Seguradas devem pagar ou fazer pagar aos Seguradores os prémios de seguro correspondentes aos seguros contratados, acrescido dos encargos, taxas e impostos que forem legalmente devidos em cada momento, como contrapartida das coberturas contratadas.
2. As Empresas Seguradas podem optar pelo pagamento fracionado e sem encargos dos prémios de seguro.
3. Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, o pagamento dos prémios de seguro pelas Empresas Seguradas deve ser efetuado junto do Corretor respetivo, no prazo de 30 (*trinta*) dias contados desde o respetivo vencimento ou desde a data de efeito do correspondente aviso para pagamento, consoante o que seja mais favorável às Empresas Seguradas, tendo-se tais pagamentos como liberatórios relativamente aos Seguradores.
4. A falta de pagamento de qualquer prémio de seguro no prazo previsto no número anterior apenas constitui em mora as Empresas Seguradas em falta, não implicando nem a extinção, sob a forma de caducidade ou outra, nem a ineficácia do Contrato de Seguro, nem, em especial, a falta de cobertura relativamente a quaisquer sinistros que ocorram na pendência da mora.
5. O direito de resolução com fundamento na mora a que se refere o número anterior apenas pode ser exercido mediante declaração expressa enviada à AdP SGPS, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação, salvo se a entidade notificada cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 37.^a
Faturação

1. As faturas a apresentar pelo adjudicatário às Empresas Seguradas devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Ser emitida mensalmente;
 - b) Ser acompanhada da informação relativa aos serviços previstos no presente caderno de encargos prestados durante o período de faturação e aceites;
3. Durante o período transitório estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, as faturas são emitidas pelo adjudicatário em formato papel.
4. Decorrido o período transitório referido no número anterior e após confirmação pelas Empresas Seguradas, as faturas eletrónicas a emitir pelo adjudicatário deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
5. Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>.
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab>.
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU.
6. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação resultante de facto não imputável às Empresas Seguradas, às prestações mensais previstas na alínea a) do n.º 2 não acrescem quaisquer juros de mora.

7. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pelas Empresas Seguradas não será objeto de qualquer cobrança adicional.

Cláusula 38.^a
Sanções contratuais

1. O incumprimento do Contrato de Seguro concede à AdP SGPS, enquanto representante das Empresas Seguradas, o direito de exigir às Seguradoras o pagamento de uma sanção contratual por cada dia de atraso no cumprimento de obrigações sujeitas a prazo pelo Contrato de Seguro ou pelo presente Caderno de Encargos, em montante a determinar, entre 0,1% e 1% do valor do prémio comercial anual, fixado em função da gravidade do incumprimento ocorrido.
2. Em caso de incumprimento de obrigações que não estejam sujeitas a prazo, o pagamento da sanção prevista no número anterior pode ser exigido:
 - a) Após notificação do Segurador em causa, advertindo-o para cumprir a obrigação em falta em prazo razoável estipulado pela **AdP SGPS**;
 - b) Após o decurso integral do prazo estipulado pela **AdP SGPS** sem que a obrigação em falta tenha sido cumprida.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento a **AdP SGPS** tem em conta, nomeadamente a duração da infração e eventual reiteração, bem como o grau de culpa e as consequências do incumprimento.
4. Os valores das sanções contratuais que sejam aplicadas podem ser deduzidos no preço contratual devido pelas Empresas Seguradas.
5. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
6. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a **AdP SGPS**, em representação das Empresas Seguradas, decida não proceder à resolução do Contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

7. A previsão e a aplicação das sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que as Empresas Seguradas possam, nos termos gerais, exercer o direito de resolução do Contrato de Seguro, acionar as garantias prestadas ou exigir o pagamento de indemnização pelos danos imputáveis às Seguradoras.

Cláusula 39.^a
Resolução de Contratos por iniciativa do Segurador

1. A verificação das situações previstas no n.º I do artigo 332.º do CCP apenas habilita um Segurador a resolver o Contrato de que seja parte e apenas quanto à Empresa Segurada que se encontre em situação de incumprimento.
2. O direito de resolução referido no número anterior, quando exercido por verificação de uma situação de incumprimento de obrigações pecuniárias por parte da correspondente Empresa Segurada, pode ser exercido mediante declaração enviada a esta, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação, salvo se alguma das entidades notificadas cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar, caso em que a declaração de resolução não produz quaisquer efeitos.
3. Caso intervenha, na qualidade de Segurador, mais do que uma empresa de seguros, o direito de resolução apenas pode ser exercido por uma das empresas de seguros, exceto no caso em que exista associação em regime de cosseguro, situação em que o direito de resolução apenas pode ser exercido por um conjunto de empresas de seguros que respondam por mais de 60% (*sessenta por cento*) do risco segurado.
4. O direito de resolução referido no número anterior apenas pode ser exercido após fixação de um prazo, não inferior a 15 (*quinze*) dias, para regularização da situação comunicada.
5. Decorrido o prazo estabelecido no número anterior, os Seguradores podem exercer o direito de resolução do Contrato em causa mediante declaração enviada à AdP SGPS, a qual produz efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação.

6. Caso intervenham, como Seguradoras do mesmo contrato, várias empresas de seguros, o direito de resolução apenas pode ser exercido por uma das empresas de seguros, exceto no caso em que exista associação em regime de cosseguro, situação em que o direito de resolução apenas pode ser exercido por um conjunto de empresas de seguros que respondam por mais de 60% (sessenta) do risco garantido.

Cláusula 40.^a
Resolução de Contrato por iniciativa das Empresas Seguradas

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no artigo 333.º do CCP, as Empresas Seguradas podem, a título sancionatório, resolver o Contrato de Seguro, na parte que lhe respeita, no caso de o Segurador violar de forma grave, reiterada ou sistemática qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução do Contrato de Seguro previsto no número anterior é exercido pelas Empresas Seguradas, podendo fundamentar-se no incumprimento grave, reiterado ou sistemático por parte do Segurador, sem prejuízo dos demais casos previstos na lei.
3. A resolução de Contrato com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP é realizada pela AdP SGPS.
4. Nos casos previstos na presente cláusula, o Segurador fica obrigado ao pagamento de indemnização pelos danos causados, incluindo os relacionados com a adoção de novo procedimento de formação de contrato e de outras quantias que sejam devidas, nos termos gerais do direito.
5. O pagamento das quantias previstas no número anterior deve ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias após notificação para esse efeito.
6. No caso de resolução de Contrato por iniciativa das Empresas Seguradas, estas podem, de forma a garantir a continuidade da cobertura dos riscos seguros e a prestação continuada dos serviços de corretagem respetivos, diferir os efeitos da resolução até à data da celebração de novo contrato na sequência de um novo procedimento de formação de contratos, com o limite de 3 (três) meses a contar da data de comunicação da resolução.

PARTE III
CONTRATO DE CORRETAGEM

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 41.^a **Objeto**

O Contrato de Corretagem, a celebrar entre as Empresas Seguradas e o Corretor integrante do agrupamento adjudicatário, tem por objeto a definição das condições em que os serviços de corretagem de seguros e demais serviços associados são prestados.

Cláusula 42.^a **Forma**

O Contrato de Corretagem deve ser celebrado por escrito e integra os documentos identificados no n.º 2 do artigo 96.º do CCP.

Cláusula 43.^a **Prazo de vigência**

O Contrato de Corretagem vigora, na ausência de qualquer vicissitude que implique a sua extinção antecipada, entre o dia **01 de maio de 2021** e o dia **30 de abril de 2022**, sem prejuízo da sua eficácia posterior que resulte da lei ou do próprio contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 44.^a **Obrigações genéricas dos Corretores**

- I. O Corretor obriga-se a prestar os serviços de corretagem que qualquer corretor profissional assegura aos seus clientes e demais serviços associados, com prontidão, diligência e qualidade, colocando à disposição das Empresas Seguradas os melhores conhecimentos técnicos que cada situação determine ou aconselhe, e em estrita

conformidade com o disposto no Contrato de Corretagem e nas disposições imperativas aplicáveis de natureza legal ou regulamentar, nomeadamente nas que respeitam:

- a) Ao regime legal dos contratos de seguros;
- b) À fiscalidade específica dos contratos e das operações de seguros;
- c) À fiscalidade específica da remuneração dos mediadores de seguros;
- d) Ao exercício da atividade de seguradoras e de mediadores de seguros;
- e) À prevenção de crimes, designadamente dos crimes associados ao branqueamento de capitais;
- f) Ao regime legal dos contratos de serviços financeiros negociados à distância;
- g) À comercialização de seguros e à proteção dos consumidores.

2. Em especial, o Corretor respetivo em estreita articulação com as Empresas Seguradas, obriga-se a:

- a) Observar escrupulosamente os pedidos e as instruções das Empresas Seguradas e da AdP SGPS, desde que formuladas e transmitidas nos termos e moldes que estiverem convencionados;
- b) Colaborar de forma ativa na identificação, estudo, prevenção, tratamento, limitação e eventual transferência dos riscos seguráveis a que as Empresas Seguradas estão ou venham a estar expostas no âmbito do objeto do contrato;
- c) Colaborar de forma ativa na gestão de quaisquer sinistros, incidentes ou reclamações relativas ao programa de seguros das Empresas Seguradas ou ao Contrato de Seguro que o integram ou integrem, prestando o apoio que se justificar às Empresas Seguradas;
- d) Cooperar de forma ativa na preparação de regras e medidas de segurança e no estudo e elaboração de cenários de crise e de planos de contingência no âmbito dos riscos seguráveis que possam decorrer das atividades das

Empresas Seguradas, incluindo, em especial, a realização de inspeções às principais unidades onde se desenvolvam as respetivas atividades, e a elaboração de relatórios de análise de risco e de recomendações não vinculantes;

- e) Manter as Empresas Seguradas informadas sobre a evolução do mercado segurador, nomeadamente:
 - i) Transmitir e comentar quaisquer alterações aos diplomas legais e regulamentares aplicáveis ou relevantes para a modalidade de seguros contratados em causa;
 - ii) Promover, sempre que se justifique, todas as iniciativas que devam resultar de alterações aos diplomas legais e regulamentares aplicáveis aos seguros contratados;
 - iii) Prestar informações, para efeitos de *benchmark*, sobre as coberturas e demais condições praticadas no mercado segurador, bem como sobre outros dados relevantes para o efeito;
 - iv) Elaborar estudos e estimativas sobre a segurabilidade futura dos riscos cobertos pelos Contratos de Seguro;
- f) Manter um registo formal de todas as suas relações profissionais e de todos os contactos promovidos com as Empresas Seguradas e com a AdP SGPS;
- g) Prestar de forma fidedigna as informações e os esclarecimentos que se justifiquem referentes às condições em que são prestados os serviços de corretagem;
- h) Pautar o seu relacionamento com as Empresas Seguradas e com a AdP SGPS de acordo com o princípio da boa-fé e tendo em atenção o disposto no Código de Conduta e Ética adotado pela Comissão Executiva da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

Cláusula 45.^a
Constituição e atualização da caução

O Corretor deve prestar e manter constituída uma caução que garanta o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com a celebração do respetivo Contrato de Corretagem.

Cláusula 46.^a
Obrigações específicas de gestão do programa e dos Contratos de Seguro

No que respeita especificamente à gestão do programa de seguros o Corretor, em articulação com a AdP SGPS, deve prestar os seguintes serviços, nomeadamente:

- a) Conferir as apólices e as atas adicionais;
- b) Enviar a documentação relativa ao Contrato de Seguro para as Empresas Seguradas, apólices e atas adicionais;
- c) Calcular e conferir o montante dos prémios e dos estornos e emitir a documentação de suporte;
- d) Controlar e gerir a cobrança de prémios, de acordo com a legislação em vigor, e enviar os correspondentes recibos de prémio ou de estorno para as respetivas Empresas Seguradas.

Cláusula 47.^a
Obrigações específicas na gestão técnica e de riscos

I. No que respeita especificamente à gestão técnica e de riscos no âmbito da atividade das Empresas Seguradas e do Contrato de Seguro, o Corretor, em articulação com a AdP SGPS, deve prestar, nomeadamente, os seguintes serviços:

- a) Promover a realização de reuniões ordinárias de acompanhamento da evolução dos riscos das Empresas Seguradas e suas repercussões na carteira de seguros;

- b) Coligir e remeter às Entidades Adjudicantes a informação relevante para a correta gestão da sua carteira de seguros, nomeadamente através relatórios trimestrais de sinistralidade;
 - c) Proceder à identificação, análise e avaliação profissional dos vários riscos;
 - d) Formular recomendações não vinculantes e propostas de medidas tendentes à minimização ou eliminação dos riscos identificados e acompanhar a sua implementação;
 - e) Avaliar a adequação dos sistemas de segurança aos riscos e aos requisitos legais aplicáveis.
2. Os relatórios trimestrais de sinistralidade devem ser elaborados com base no número de sinistros ocorridos e no montante dos prémios de seguro pago durante o trimestre em causa e devem incluir a identificação dos processos de sinistro que tenham dado entrada no Segurador, com menção da data do sinistro, causa do sinistro, valor indemnizado, valor aprovisionado, dias de baixa e percentagem de Incapacidade Permanente Parcial, Incapacidade Temporária Absoluta e Incapacidade Temporária Parcial bem como dos processos de sinistro que tenham resultado em morte;
3. Os relatórios trimestrais de sinistralidade devem ainda demonstrar a evolução do valor dos sinistros face a períodos anteriores e a períodos homólogos, evidenciar tendências e padrões de comportamento e propor eventuais medidas de prevenção e controlo de riscos.

Cláusula 48.^a **Obrigações específicas na gestão de sinistros**

- I. No que respeita especificamente à gestão de sinistros no âmbito do Contrato de Seguro, o Corretor deve garantir a correta e atempada promoção de todos os processos de gestão de sinistros, e, nomeadamente, prestar os seguintes serviços:
- a) Determinar, após análise técnica, o enquadramento contratual do sinistro participado;

- b) Acompanhar a intervenção do Segurador e informar a AdP SGPS e as Empresas Seguradas sobre a evolução do processo e sobre a conclusão do mesmo;
- c) Promover junto do Segurador ou Seguradores, em caso de discordância quanto ao enquadramento contratual dos sinistros participados ou quanto aos valores propostos para indemnização, as diligências necessárias à defesa dos interesses das Empresas Seguradas;
- d) Assegurar a correção do valor pelo qual sejam emitidos os recibos de quitação de indemnizações.

Cláusula 49.^a Estabelecimento

O Corretor obriga-se a ter domicílio profissional e estabelecimento em Portugal e a prestar os serviços adjudicados de forma continuada.

Cláusula 50.^a Âmbito territorial

1. O âmbito territorial da atividade do Corretor é definido pelo perímetro e âmbito da intervenção profissional requerida, pela localização dos riscos que constituem o objeto dos Contratos e pelo âmbito territorial dos sinistros ou incidentes análogos que decorram dos mesmos ou que lhes sejam atribuíveis.
2. O âmbito territorial das atividades das Empresas Seguradas não pode fundamentar qualquer limitação à prestação dos serviços de corretagem por qualquer Corretor nem implicar qualquer encargo adicional.

Cláusula 51.^a Meios humanos

1. O Corretor obriga-se a afetar ao cumprimento do Contrato de Corretagem respetivo uma equipa profissional que assegure pelo menos as seguintes funções:

a) Gestão do seguro de Acidentes de Trabalho das Entidades Adjudicantes;

b) Gestão de sinistros do Contrato de Seguro;

2. A prestação de serviços de Corretagem será prestada de forma permanente, temporária ou regime remoto, nas instalações da AdP SGPS, sitas na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, em Lisboa, em posto de trabalho que esta designe para o efeito, mediante a afetação de um elemento a designar pelo Corretor adjudicatário, pelo período nunca inferior a 4 (horas) por semana.

Cláusula 52.^a

Registo e arquivo de dados e documentos

O Corretor obriga-se a adotar e a cumprir regras de registo e arquivo (físico e digitalizado) de operações e documentos relativos ao Contrato de Seguro e aos sinistros que se lhes refiram em termos que assegurem também o repositório integral de todas as negociações preliminares que lhes respeitem, em estrito cumprimento das obrigações legais aplicáveis.

Cláusula 53.^a

Contabilidade e contas bancárias

I. O Corretor integrante de cada agrupamento, em cumprimento dos procedimentos prescritos pelas normas regulamentares aplicáveis ao exercício da atividade de mediação de seguros, obriga-se:

a) A registar de forma sequencial e diariamente na sua contabilidade, através de aplicação informática que inclua todos os campos definidos nas normas regulamentares aplicáveis, todos os movimentos a débito e a crédito relacionados com as operações relativas às Empresas Seguradas;

b) A depositar os valores de prémios de seguros eventualmente pagos pelas Empresas Seguradas na conta «clientes» aberta junto de instituição de crédito autorizada a exercer atividade em Portugal;

- c) A prestar contas aos Seguradores sobre os factos a que se referem as alíneas anteriores.
2. O eventual incumprimento das obrigações referidas no número anterior não tem qualquer repercussão na produção do efeito liberatório consagrado no protocolo de mediação.

CAPÍTULO III

RELAÇÕES ENTRE AS PARTES

Cláusula 54.^a **Autonomia do Corretor**

1. O Corretor, no âmbito da execução do Contrato de Corretagem, exerce a sua atividade de forma autónoma e independente dos Seguradores, em termos estáveis e duradouros.
2. O Corretor, incluindo as respetivas equipas profissionais, não integra a organização institucional ou organizacional de qualquer uma das Empresas Seguradas, não existindo entre aquele e estas qualquer dependência hierárquica, disciplinar ou societária.
3. O Contrato de Corretagem não pressupõe, em situação alguma, qualquer tipo de *affectio societatis* entre as Empresas Seguradas e o Corretor.
4. As Empresas Seguradas não podem ser, a qualquer título responsáveis por qualquer sanção que seja aplicada ao Corretor pela autoridade de supervisão da atividade de mediação de seguros, nem por quaisquer despesas ou encargos em que aquele incorra na promoção judicial ou extrajudicial da sua defesa.

Cláusula 55.^a **Remuneração**

Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, o montante da remuneração devida ao Corretor, a título dos serviços de corretagem é incorporado nos recibos dos prémios

de seguro a emitir pelos Seguradores, sem prejuízo da correspondente transparência, nos termos previstos no Protocolo de Corretagem.

Cláusula 56.^a
Referências comerciais

1. O Corretor não pode, por qualquer forma, usar ou mencionar a marca, símbolo, insígnias ou logotipo do Grupo AdP ou de qualquer uma das Empresas Seguradas, nomeadamente em quaisquer documentos ou suportes promocionais, sem autorização prévia da AdP SGPS.
2. Para efeitos do Contrato de Corretagem, entende-se por “marca” um qualquer elemento de individualização corporativa, nomeadamente um sinal ou conjunto de sinais suscetíveis de representação gráfica, como palavras (incluindo nomes de pessoas), desenhos, letras, números ou sons.
3. Quando autorizado, o uso das referidas marcas, nomes, sinais distintivos e documentos apenas pode ser feito no âmbito da atividade específica do Corretor e de acordo com as regras do manual de imagem adotado pela Comissão Executiva da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

CAPÍTULO IV
INCUMPRIMENTO

Cláusula 57.^a
Sanções contratuais

1. O incumprimento do Contrato de Corretagem por parte de Corretor integrante de um agrupamento concede à **AdP SGPS**, em representação das Empresas Seguradas, o direito de exigir o pagamento de sanções contratuais em montante a determinar, entre € 250,00 (*duzentos e cinquenta euros*) e € 2.500,00 (*dois mil e quinhentos euros*), fixado em

função da gravidade do incumprimento ocorrido e desde que comprovadamente a responsabilidade for imputável ao Corretor.

2. O pagamento das sanções contratuais previstas no número anterior pode ser exigido:

- a) Após notificação do Corretor advertindo-o para cumprir a obrigação em falta em prazo razoável estipulado pela **AdP SGPS**;
- b) Após o decurso integral do prazo estipulado pela **AdP SGPS** sem que a obrigação em falta tenha sido cumprida.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento a **AdP SGPS** tem em conta, nomeadamente a duração da infração e eventual reiteração, bem como o grau de culpa e as consequências do incumprimento.

4. Os valores das sanções contratuais que sejam aplicadas podem ser deduzidos no preço contratual devido pelas Empresas Seguradas.

5. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.

6. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a **AdP SGPS**, em representação das Empresas Seguradas, decida não proceder à resolução do Contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

7. A previsão e a aplicação das sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a **AdP SGPS** possa, nos termos gerais a exercer o direito de resolução do Contrato de Corretagem, a acionar as garantias prestadas ou a exigir o pagamento de indemnização pelos danos imputáveis ao Corretor.

Cláusula 58.^a **Resolução por iniciativa do Corretor**

I. O Corretor pode resolver o Contrato de Corretagem nos termos do artigo 332.º do CCP, com as particularidades estabelecidas na presente cláusula.

2. O direito de resolução referido no número anterior apenas pode ser exercido após fixação de um prazo, não inferior a 15 (*quinze*) dias, para resolução da situação comunicada à **AdP SGPS**.
3. Decorrido o prazo estabelecido no número anterior, o Corretor pode exercer o direito à resolução do Contrato de Corretagem mediante declaração enviada à **AdP SGPS**, a qual produz efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação.

Cláusula 59.^a
Resolução por iniciativa das Entidades Adjudicantes

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no artigo 333.º do CCP, a **AdP SGPS** pode, a título sancionatório, resolver o Contrato de Corretagem no caso de o Corretor violar de forma grave, reiterada ou sistemática qualquer das obrigações que lhes incumbem.
2. O direito de resolução do Contrato de Corretagem é exercido pela **AdP SGPS** no interesse de todas as Empresas Seguradas.
3. Nos casos previstos na presente cláusula, o Corretor fica obrigado ao pagamento de indemnização pelos danos causados, incluindo os relacionados com a adoção de novo procedimento de formação de contrato de corretagem, e de outras quantias que sejam devidas, nos termos gerais do direito.
4. O pagamento das quantias previstas no número anterior deve ser realizado pelo Corretor no prazo de 30 (*trinta*) dias após notificação para esse efeito.

Cláusula 60.^a
Regime supletivo

O regime jurídico da mediação de seguros é aplicável supletivamente ao Contrato de Corretagem.

ANEXOS

ANEXO I – SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO

ANEXO II – ESPECIFICAÇÃO CIUS-PT PARA FATURAÇÃO ELETRÓNICA

ANEXO I SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO

I. OBJETO

O contrato de seguro de acidentes de trabalho deve garantir todas as prestações legalmente previstas e todas as demais prestações ou condições que sejam expressamente devidas pelo acordo de empresa da EPAL, pelo acordo coletivo firmado entre as empresas do Grupo AdP e o SINDEL - Sindicato Nacional da Indústria e da Energia e o SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos e pelo acordo coletivo firmado entre as empresas do Grupo AdP e o STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins e outra, ambos publicados no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 41, de 8 de novembro de 2018, bem como por convenção coletiva ou acordo de empresa que venham a ser celebradas, e abrangerão, conforme conste das folhas de férias correspondentes ou declarações análogas tomadas para efeito de seguro, todos os seus colaboradores, incluindo os seus administradores e gerentes, bem como, mediante mera declaração, aprendizes, estagiários, ainda que por prazo curto, formandos ou equiparáveis, nas condições legais sucessivamente aplicáveis.

No **Anexo VI** do programa de procedimento é disponibilizada informação confidencial relativa a cada uma das Entidades Adjudicantes e aos correspondentes volumes anuais de salários previstos para a anuidade de 01 de maio de 2021 a 30 de abril de 2022.

Todas as Entidades Adjudicantes terão cobertura de “salário integral”.

2. MODALIDADE DE COBERTURA

Seguros a prémio variável com acerto do prémio - para mais ou para menos - no final da anuidade. Apresentação mensal, relativa ao período anterior decorrido, das folhas de vencimento ou declarações análogas relativas aos colaboradores em atividade no período de referência.

Sem prejuízo dos acertos de prémios correspondentes às diferenças salariais que possam estar em causa, o Segurador suportará integralmente a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com base nos salários efetivos apurados como devidos à data de qualquer sinistro, desde que eventual discrepância pontual não seja superior a 15% (entre o salário mensal informado na última folha e o salário mensal à data do sinistro e a considerar para esse efeito), e decorra de apuramento com atraso dos elementos variáveis das remunerações, ou resulte de atraso ou de mero lapso não intencional nem sistemático.

Pagamento de prémios sujeito às condições específicas da apólice uniforme de acidentes de trabalho (artigos 13.º a 17.º da apólice uniforme).

As folhas de vencimentos poderão ser apresentadas em formato eletrónico seguro, codificadas ou encriptadas, sob opção da Entidade Adjudicante e sob protocolo de comunicação específico, sem prejuízo do acesso do(s) Segurador(es) em caso de sinistro à informação codificada e à sua confirmação.

3. ATIVIDADES, REGIMES E LOCAIS DE TRABALHO

Para efeitos de definição da cobertura de acidentes de trabalho e de afastamento de qualquer restrição ou exclusão de cobertura, deverá entender-se, e assim prevalecer no contrato de seguro, que as Entidades Adjudicantes exercem, sempre no sentido mais amplo possível, todas as respetivas atividades, nas diferentes áreas de negócio e de intervenção profissional e institucional do grupo Águas de Portugal e de qualquer das Entidades Adjudicantes, seja a título principal, a título complementar, a título instrumental ou tão só ocasional.

Para efeitos de definição de cobertura de acidentes de trabalho e de afastamento de qualquer restrição ou exclusão de cobertura, deverá entender-se, e assim prevalecer no contrato de seguro, que todos os colaboradores das Entidades Adjudicantes exercem as respetivas atividades, missões, funções, tarefas ou iniciativas – a título principal, a título complementar ou tão só ocasional - em quaisquer locais e em quaisquer condições que correspondam às circunstâncias regulares ou excecionais das diferentes atividades de qualquer Entidade Adjudicante.

Não deverá por isso subsistir ou prevalecer qualquer restrição de cobertura ou limitação de prestações com fundamento nas atividades, nas profissões ou nas condições técnicas, práticas ou instrumentais do seu exercício, ou em qualquer alegável falta de declaração de circunstâncias sobre as condições dos riscos de acidentes de trabalho, sobre locais de trabalho, ou sobre meios de transporte regulares usados, ou ainda sobre percursos, considerando-se que tudo foi devidamente informado ou que foi propiciado ao Segurador tudo conhecer sobre os riscos a segurar.

Consigna-se que alguns dos colaboradores das Entidades Adjudicantes poderão utilizar, por razões e interesse de serviço, veículos de duas rodas pertencentes às Entidades Adjudicantes ou cujo uso em serviço tenha sido autorizado ou consentido por Entidades Adjudicantes.

Consigna-se ainda que diversos colaboradores das Entidades Adjudicantes, correspondendo aos incentivos públicos nesse sentido (relativos ao uso, à circulação e ao estacionamento), utilizam, nas condições de segurança aplicáveis, veículos de duas rodas, com ou sem motor, nas suas deslocações de e para o local de trabalho.

Para efeitos de definição de cobertura de acidentes de trabalho e de afastamento de qualquer restrição ou exclusão de cobertura, deverá entender-se que o contrato de seguro abrange, nas condições formais aplicáveis, todos os colaboradores das Entidades Adjudicantes que exercem ou poderão eventualmente exercer em situação de “*pluralidade de empregadores*” (artigo 101.º do Código do Trabalho), em “*comissão de serviço*” (artigo 161.º do Código do Trabalho), em regime de “*cedência ocasional*” (artigo 290.º do Código do Trabalho), em qualquer regime formal, ou só de facto, de mobilidade

intraempresas e interempresas, ou em qualquer outra circunstância, de vinculação ou de exercício, própria de um grupo empresarial.

Para efeitos de definição de cobertura de acidentes de trabalho e de afastamento de qualquer restrição ou exclusão de cobertura, deverá entender-se ainda que o contrato de seguro abrange, nas condições formais aplicáveis, colaboradores em regime de cedência de interesse público que trabalham em e para algumas das Entidades Adjudicantes, sem que isso possa restringir, afetar ou condicionar a cobertura, as prestações e as correspondentes condições, devidas em caso de acidente de trabalho.

Para efeitos de definição de cobertura de acidentes de trabalho e de afastamento de qualquer restrição ou exclusão de cobertura, deverá entender-se ainda, e assim prevalecer nos contratos de seguro que lhe correspondam que, nas condições formais aplicáveis, alguns dos trabalhadores que integram o quadro de pessoal de algumas Entidades Adjudicantes podem exercer a sua atividade em acordo de destacamento em outros países em que o Grupo ou a Entidade Adjudicante empregadora exerçam ou pretendam exercer atividade.

4. COBERTURAS

Cobertura legal nos termos da legislação, das normas regulamentares em vigor para os acidentes de trabalho e para o seu seguro, e dos acordos coletivos, portarias de extensão ou acordos de empresa que sejam aplicáveis.

O salário integral convencionado servirá para cálculo de todas as prestações económicas e corresponderá a 80% do salário efetivo e líquido auferido pelo trabalhador à data do acidente.

Em extensão do critério de salário integral seguro, prevalecerão ainda quaisquer critérios mais abrangentes que devam resultar de convenções coletivas, portarias de extensão aplicáveis ou acordos de empresa aos colaboradores de qualquer das Entidades Adjudicantes.

Extensão da cobertura e das garantias a acidentes decorrentes da prática desportiva pelos trabalhadores seguros, quando em representação da Entidade Adjudicante, quer diretamente, quer através do seu grupo ou núcleo desportivo para as Entidades Adjudicantes que o indiquem, a partir de qualquer momento da vida do contrato.

Para os colaboradores expatriados: *“extensão automática da cobertura para deslocações profissionais de qualquer pessoa segura no estrangeiro, ou para deslocações a Portugal, sem necessidade de informação prévia”*.

Para os colaboradores em Portugal: *“extensão automática da cobertura para deslocações profissionais de qualquer pessoa segura ao estrangeiro, sem necessidade de informação prévia, para períodos de até 30 dias seguidos”*, independentemente do número de deslocações em cada ano civil ou na anuidade.

Cobertura automática convencional de riscos políticos em Portugal: agressões, atentados e outros atos de violência, quando não ocorram em consequência de guerra civil ou estrangeira, declarada ou não, e tais atos ocorram em circunstâncias que permitam caracterizar um acidente de trabalho, em função do local, do tempo e da atividade

Cobertura convencional de riscos políticos no estrangeiro: cobertura extensiva a riscos de guerra, declarada ou não, invasão, ato de inimigo estrangeiro, hostilidades armadas de qualquer tipo, declaradas ou não, guerra civil, rebelião, revolução, insurreição, terrorismo, usurpação de poder ou tomada de poder militar, greves, tumultos, comoções civis ou danos maliciosos, na condição de que tais acontecimentos não fossem facilmente previsíveis e as pessoas seguras deslocadas tenham sido surpreendidas pelo começo dos acontecimentos durante a sua deslocação, sem o poder evitar, e desde que não haja participação voluntária ou indevidamente consentida da pessoa segura nos acontecimentos.

A cobertura convencional garantida de riscos políticos no estrangeiro cessará no prazo de 14 dias contados desde o início de tais acontecimentos.

Ter-se-á como data e hora de início de tais acontecimentos a data e hora da declaração de estado de sítio no território de ocorrência ou, na falta de tal declaração por grave perturbação da ordem constitucional interna, desde a data e hora em que se devam ter como verificados os fundamentos que face à legislação nacional (artigo 8.º da Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, com a redação dada pela Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio, ou disposições legais que lhe sucedam) determinariam a declaração de tal estado de exceção em Portugal.

A definição de terrorismo adotada pela lei portuguesa (Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, na redação em vigor e outra qualquer legislação específica que a altere, acrescente ou substitua) valerá como perímetro máximo de delimitação de qualquer exclusão contratual e como perímetro mínimo de delimitação de qualquer extensão de cobertura.

As condições de cobertura ter-se-ão como permanentemente adaptadas à evolução de condições com incidência nas prestações de acidentes de trabalho que tenham por fonte a lei, normas regulamentares, contratos ou acordos coletivos ou portarias de extensão, ou mesmo acordos de empresa, como vigorem sucessivamente.

5. REDE CLÍNICA

Acesso prioritário dos sinistrados das Entidades Adjudicantes a rede de hospitais, clínicas, médicos, enfermeiros e fisioterapeutas, incluída nas propostas, devendo todas as unidades públicas ou privadas de cuidados de saúde estar devidamente licenciadas, equipadas e dotadas para os cuidados típicos decorrentes de acidentes de trabalho e para as valências complementares típicas, devendo todos os profissionais de saúde estar habilitados e credenciados para as respetivas funções e especialidades, devendo estar adequadamente referenciadas as unidades para cuidados emergentes ou urgentes, e devendo tal rede assegurar a cobertura adequada, por localidade e concelho, tendo em conta, pelo menos, a geografia das instalações das Entidades Adjudicantes.

6. CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Condições uniformes da cobertura obrigatória de seguro em acidentes de trabalho, fixadas pela Portaria n.º 256/2011, de 5 de julho, ou condições sucedâneas ou complementares fixadas por ulteriores normas legais ou regulamentares.

Condições gerais e especiais compatíveis com as condições definidas.

Salvaguarda expressa de condições que devam corresponder a disposições legais ou regulamentares, com incidência obrigatória em matéria de acidentes de trabalho, previstas em convenções coletivas de trabalho, ou em acordos de empresa, ou em portarias de extensão ou em instrumentos de fixação de garantias análogos.

Salvaguarda expressa das condições decorrentes do Caderno de Encargos e seus anexos.